



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
31ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2017.0000527643

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 1007420-83.2014.8.26.0152, da Comarca de Cotia, em que são apelantes MARLI FATIMA DE MORAIS e HEITOR GUTEMBERG DE RODRIGUES E SILVA, é apelada ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A..

ACORDAM, em 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores CARLOS NUNES (Presidente sem voto), ANTONIO RIGOLIN E ADILSON DE ARAUJO.

São Paulo, 25 de julho de 2017.

PAULO AYROSA
RELATOR
ASSINATURA ELETRÔNICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
31ª Câmara de Direito Privado

Apelação nº 1007420-83.2014.8.26.0152

Apelante: MARLI FATIMA DE MORAIS; HEITOR GUTEMBERG DE RODRIGUES E SILVA

Apelada: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A

Comarca: Cotia – 2ª Vara Cível

Juiz(a): Diogenes Luiz de Almeida Fontoura Rodrigues

V O T O Nº 35.743

PROCESSUAL CIVIL – ALEGAÇÕES PRELIMINARES – ILEGITIMIDADE DE PARTE – IMPERTINÊNCIA – PRELIMINAR REPELIDA. O proprietário do veículo responde solidariamente pelos danos ao patrimônio de terceiros causados por aquele que dirige seu veículo, decorrente de culpa in vigilando e in eligendo.

AÇÃO REGRESSIVA - ACIDENTE DE VEÍCULO – COLISÃO POR TRÁS PERPETRADA PELO CONDUTOR DO VEÍCULO DA RÉ – INCONTROVÉRSIA – DANOS NO VEÍCULO SEGURADO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – AÇÃO PROCEDENTE – RECURSO NÃO PROVIDO. Não trazendo o réu fundamentos suficientes a modificar a sentença de primeiro grau, que reconheceu a procedência do pedido de indenização referente aos danos materiais suportados pela seguradora em veículo segurado, uma vez comprovada sua culpa no sinistro, de rigor a manutenção integral da sentença.

CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – PROCEDÊNCIA NESTA PARTE. Para o fim de se conceder os benefícios da gratuidade processual, basta a singela declaração do requerente, não infirmada por qualquer prova dos autos, nos termos do art. 99, §§ 2º e 3º no novo CPC/2015.

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A propôs ação de reparação por perdas e danos frente à MARLI FATIMA DE MORAIS, e HEITOR GUTEMBERG DE RODRIGUES E SILVA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
31ª Câmara de Direito Privado

A r. sentença de fls. 101/105, cujo relatório se adota, julgou procedente a ação, e condenou os requeridos, solidariamente, a pagarem à autora a importância descrita na inicial, devidamente corrigida e atualizada desde a data do desembolso e acrescido de juros legais de mora a partir do evento danoso. Em razão da sucumbência, condenou os requeridos, solidariamente, ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor atualizado da condenação.

Inconformados, apelam os réus fls. 111/120, almejando a reforma da decisão, alegando, em síntese, que: necessitam dos benefícios da justiça gratuita, e o pedido não foi apreciado em primeiro grau; a proprietária da motocicleta é parte ilegítima; instantes antes do ocorrido entre as partes, houve um outro acidente na via, que ocasionou o evento entre as partes; a proprietária e condutora do veículo informou que o trânsito parou de repente, e que o sol estava nascendo, o que ofuscava a visibilidade da via; a proprietária afirmou que não tinha interesse no ressarcimento dos danos ocorridos no veículo; os dois veículos, a Pajero e a Moto, não conseguem frear ao mesmo tempo, pois tem tecnologia diferente; não pode o apelante ser responsabilizado por uma situação que não deu causa; as lesões causadas pelo acidente no apelante o levaram a perda funcional de seu membro superior esquerdo, e consequentemente à aposentadoria por invalidez na polícia militar; o único orçamento apresentado não pode servir de parâmetro suficiente para qualquer condenação.

A apelada ofertou contrarrazões, batendo-se pelo não provimento do recurso (fls. 123/129).

É O RELATÓRIO.

Conheço do recurso, e lhe dou parcial provimento.

Inicialmente, analiso o pedido de justiça gratuita, para deferir-lo.

Restringe-se a matéria ao fato de ser, ou não, pobre, na acepção jurídica do termo, os recorrentes, a fim de se beneficiar com a assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1060/50, bem como nos termos do art. 99, §§ 2º e 3º do novo CPC/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
31ª Câmara de Direito Privado

Ora, é entendimento pacífico nesta E. Corte que basta o pedido da parte, declarando-se juridicamente miserável para ter o benefício da assistência judiciária gratuita.

GRATUIDADE JUDICIAL. PRESUNÇÃO DE NECESSIDADE QUE DECORRE DE SIMPLES DECLARAÇÃO DA PARTE. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA QUE A CONTRARIEM. AGRAVO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO. A declaração de miserabilidade gera presunção relativa, deixando de prevalecer apenas diante de elementos de prova em contrário. Cabe ao juiz deferir o benefício, não se deparando com tais evidências. Irrelevante se mostra o fato de o agravante possuir patrimônio, pois isso, nos dias atuais, não é suficiente para afastar a presunção firmada. O deferimento do benefício decorre da ausência de condições financeiras, o que se dá na hipótese (TJSP – AI 2009847-07.2014.8.26.0000 – 31ª Câm. Dir. Priv. – Rel. Des. ANTONIO RIGOLIN - J. 25.02.2014)

Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Impossibilidade de pagar as custas do processo e honorários de advogado. Presunção de veracidade da afirmação feita pela parte. Inexistência de prova que desautoriza a concessão. Recurso provido. (TJSP – 2025705-78.2014.8.26.0000 – 36ª Câm. Dir. Priv. – Rel. Des. PEDRO BACCARAT- J. 13.03.2014)

Agravo de instrumento. Justiça gratuita. Decisão de primeiro grau que indeferiu o benefício pleiteado pelo autor na petição inicial. Declaração de pobreza apresentada que se mostra suficiente a satisfazer os requisitos legais necessários à sua concessão. Exegese do artigo 4º da Lei 1060/50. Autor que contrata os serviços de advogado particular. Fato insuficiente para ensejar o indeferimento do benefício. Adicionalmente foram apresentados outros documentos, aptos a reforçar o deferimento do pleito. Recurso provido. (TJSP – AI 2016333-08.2014.8.26.0000 – 32ª Câm. Dir. Priv. – Rel. Des. RUY COPPOLA - J. 13.03.2014)

Observo que os réus apresentaram declaração de hipossuficiência, sendo a apelante “do lar”, não auferindo rendimentos, e o apelado era policial militar, mas agora está aposentado em razão da invalidez que o acidente em questão lhe gerou.

Logo, devo ser provido o apelo nesta parte, para conceder a justiça gratuita pleiteada pelos apelantes.

No mais, não merece acolhida o recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
31ª Câmara de Direito Privado

Como já reconhecido na sentença, a ré proprietária do veículo conduzido por terceiro que colidiu na traseira do veículo segurado é corresponsável solidariamente com o condutor, fato que decorre do seu dever de guarda, de diligência e de cuidado do bem móvel.

Adverte Rui Stoco:

"... a responsabilidade do proprietário do veículo, que é presumida, não exclui a do causador mediato do acidente (terceiro que o dirigia). Ambos respondem solidariamente pelo evento, podendo a vítima acionar ambos ou qualquer deles, segundo sua escolha." (in "Tratado de Responsabilidade Civil Doutrina e Jurisprudência" - Ed. RT, 8ª edição, pág. 1.752).

Carlos Roberto Gonçalves também ensina:

"... a doutrina moderna tem, também, admitido a responsabilidade solidária do proprietário do veículo e do terceiro que o conduzia e provocou o acidente, com base em teorias que integram a responsabilidade objetiva, como a da guarda da coisa inanimada e a do que exerce atividade perigosa (in "Responsabilidade Civil", Ed. Saraiva, 8ª ed., pág. 868).

E Arnaldo Rizzardo completa, por fundamento diverso:

"Razões de ordem objetiva, ligadas à dificuldade que a vítima frequentemente encontra para receber a indenização do autor direto do dano, fizeram prevalecer a responsabilidade do proprietário do veículo causador do acidente" (in "A Reparação nos Acidentes de Trânsito", Ed. RT, 8ª ed., pág. 54).

Conforme se depreende dos autos, é fato incontroverso que a motocicleta de propriedade da ré Marli e conduzida por Heitor colidiu com a traseira do veículo Mitsubishi Pajero, segurado pela autora, quando ambos trafegavam pela rodovia Raposo Tavares, fato que causou os danos demonstrados e pagos pela autora, seguradora, em decorrência de contrato de seguro pactuado em face do proprietário do veículo.

Apesar de negar a responsabilidade pela colisão, não forneceram os réus qualquer prova de que a colisão não fosse de sua responsabilidade.

Nesse aspecto, como sabido, aquele que conduz atrás de outro deve fazê-lo com prudência, observando a distância de segurança frontal entre o seu veículo e o que segue à frente, considerando-se, no momento, a velocidade e as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
31ª Câmara de Direito Privado

condições do local, da circulação, do veículo e ainda as condições climáticas (art. 29, II, do CTB), para que em uma emergência de brusca parada do automóvel que segue à frente, por exemplo, os veículos não colidam. E, mais, entende-se, previsível a diminuição da velocidade do veículo que vai à frente, bem como paradas bruscas, seja pelo surgimento de trânsito repentino em rodovia, seja pelo surgimento de algum repentino obstáculo, como o acidente que levou o veículo Pajero a frear.

É, aliás, da jurisprudência:

“É perfeitamente previsível a parada repentina de veículo que segue à frente, agindo com culpa o motorista que trafega em sua esteira, sem guardar distância suficiente a evitar a colisão, em caso de diminuição de marcha ou frenagem de emergência. Em tais circunstâncias o motorista que abalroa o outro pela traseira age com desatenção, falta de cautela; o fato é previsível e evitável.” (Extinto 1º TAC, Ap. 425.951-6-SP, 1ª Câ., J. em 13.11.89, Rel. Juiz Celso Bonilha)

RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE VEÍCULOS – COLISÃO NA PARTE TRASEIRA DE AUTOMÓVEL QUE SEGUIA IMEDIATAMENTE À FRENTE, DURANTE O TRAJETO EM RODOVIA - INOBSERVÂNCIA DE ADEQUADO DISTANCIAMENTO, A JUSTIFICAR O RECONHECIMENTO DA CULPA – CONDENÇÃO AO PAGAMENTO DO VALOR PLEITEADO, QUE CORRESPONDE À REALIDADE DO PREJUÍZO – PROCEDÊNCIA DA LITISDENUNCIÇÃO – RECURSO PROVIDO. 1. É dever de todo motorista guardar o devido distanciamento em relação ao veículo que segue à sua frente, como forma de evitar colisão, até porque existe possibilidade de parada repentina, fato que é perfeitamente previsível. 2. No caso, o réu admitiu que não guardava a distância suficiente para a velocidade desenvolvida, o que foi decisivo para determinar o acidente, identificando-se nesse comportamento a culpa. 3. Os danos foram suficientemente demonstrados pela documentação e não houve impugnação específica, o que determina o acolhimento do pedido nos termos em que formulado. 3. À seguradora litisdenunciada cabe a obrigação de ressarcir o réu nos limites da respectiva apólice. (TJSP, Ap.s/Rev. n.º 992.05.066513-7, 31ª Câ. Rel. ANTONIO RIGOLIN. J. em 15.06.10).

No caso vertente, claramente o condutor do veículo da ré não guardou a distância necessária de segurança do veículo da segurada que estava à frente, como exige a lei, descuidando-se de seu dever de atenção. A sua imprudência fez com que desse causa ao acidente. Demais, não produziu a parte ré qualquer prova cabal a demonstrar que a condutora do veículo segurado concorreu de alguma forma na ocorrência do sinistro, apenas meras alegações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
31ª Câmara de Direito Privado

Portanto, de rigor o reconhecimento da responsabilidade da recorrente na colisão e, como os reparos foram custeados pela autora, tem ela direito de regresso frente à apelante.

No que se refere ao valor da indenização, igualmente sem razão os recorrentes. Os documentos ofertados pela autora demonstram a relação de causalidade de todos os itens substituídos com os danos havidos na traseira do veículo segurado, observando-se, ademais, que foi deduzido do valor dos reparos a quantia paga pela seguradora a título de franquia.

Logo, de rigor a manutenção da sentença. Nos termos do art. 85, § 11 do novo CPC, considerando-se a natureza da causa, e o trabalho realizado pelo advogado, bem como a atuação em segundo grau, elevo os honorários advocatícios já fixados em primeiro grau para 20% sobre o valor da condenação.

Posto isto, dou parcial provimento ao recurso, unicamente para deferir os benefícios da justiça gratuita.

PAULO CELSO AYROSA M. DE ANDRADE
Relator